

## APONTAMENTOS SOBRE DEMANDAS E RESPOSTAS DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO

Ingredi Palmieri Oliveira<sup>1</sup>

### 1. INTRODUÇÃO

Apreendida como direito social, a educação é uma possibilidade de espaço para atuação do assistente social, profissional que contribui na formulação, gestão e execução de políticas públicas. Além disso, como profissional que contribui com a viabilização de direitos, o assistente social também pode colaborar com a efetivação de alguns princípios contidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 – LDB, a exemplo da “Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”. Assim, a legislação e a organização da educação em nosso país sinalizam legitimidade ao profissional de Serviço Social nesta área. Não obstante, outros fatores da própria dinâmica cotidiana demonstram a necessidade de tal categoria profissional na educação.

Nos últimos anos, percebeu-se a intensificação dos debates sobre a atuação do assistente social na educação, inclusive com alguns eventos promovidos pelo conjunto do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), bem como com a elaboração e publicação de um documento com discussões e orientações, intitulado “Subsídios para atuação de assistentes sociais na Política de Educação” pelo conjunto supracitado. Ressalta-se também a tramitação de alguns Projetos de Lei que dizem respeito ao Serviço Social na Educação.

A educação, para além da sua relação com a esfera da reprodução social, com repasse de concepções, valores, comportamentos, também possui vinculação com a esfera da produção, ao qualificar a mão de obra e produzir conhecimentos que subsidiam o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, entendidos como fatores de produção. Por isso, a educação se insere no campo de disputas entre as classes, sendo que, sob a ótica dos

---

<sup>1</sup> Assistente Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS (campus Aracaju). Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe – UFS. E-mail: [ingredi.palmieri@gmail.com](mailto:ingredi.palmieri@gmail.com)

trabalhadores, a luta se dá para efetivá-la com qualidade e enquanto direito universal.

A complexificação das relações produtivas e sociais e o aumento da exploração do capital sobre o trabalho tornam mais agudas as expressões da questão social<sup>2</sup>, objeto de intervenção do Serviço Social, que também se encontram no espaço escolar, onde se tornou recorrente tratar de assuntos como violência, trabalho infantil, discriminação, gravidez na adolescência, dentre outros. Estas questões, sem dúvida, interferem no processo de ensino-aprendizagem, e a figura do assistente social se concretiza como o profissional qualificado na formulação de respostas a tais demandas. Além disso, as precárias condições sociais, econômicas, políticas e culturais dos estudantes e suas famílias são fatores que contribuem para os altos índices de evasão e repetência, reafirmando a necessidade de uma atuação ampla, que compreenda o trabalho de diferentes profissionais para viabilização do direito à educação. Assim, este breve panorama sinaliza que a educação configura-se como um campo de várias demandas, muitas delas compreendidas como objeto de atuação para o Serviço Social.

Frente ao exposto, sinaliza-se que o presente artigo é parte de uma dissertação de mestrado que analisou o exercício profissional do assistente social na área de educação, na cidade de Aracaju/SE, com o intuito de apreender as diversas requisições e consequentes respostas profissionais. A pesquisa realizada na dissertação baseou-se no método dialético, que se propõe ir além da realidade aparente e busca desvendar as contradições existentes por trás das aparências fenomênicas, entendendo que a verdade encontra-se no próprio movimento da realidade (KOSIK, 1995).

Quanto à caracterização, esta foi exploratória e descritiva, situando-se no âmbito quali-quantitativo e como instrumento de coleta de dados foram utilizados formulários, aplicados com 14 profissionais<sup>3</sup> de Serviço Social da área de Educação, sendo que os

<sup>2</sup> De acordo com Iamamoto (2000, p.54), entende-se por questão social o: “[...] conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho -, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. É indissociável da emergência do “trabalho livre”, que depende da venda de sua força de trabalho como meio de satisfação de suas necessidades vitais. Esse processo é denso de conformismos e rebeldias forjados ante as desigualdades sociais, expressando a consciência e o exercício da cidadania dos indivíduos sociais. [...] Historicamente a questão social tem a ver com a emergência da classe operária e seu ingresso no cenário político, por meio das lutas desencadeadas em prol dos direitos atinentes ao trabalho, exigido o seu reconhecimento como classe por parte do bloco do poder, e, em especial, do Estado e do empresariado industrial”.

<sup>3</sup> Do levantamento realizado, foram identificadas 15 instituições de educação que contavam com assistente social em seu quadro funcional, na cidade de Aracaju, sendo que algumas destas instituições desdobravam-se em várias unidades, que se constituíam em espaços sócio-ocupacionais diferenciados, nos quais se encontravam

dados coletados dizem respeito ao perfil profissional, aos determinantes sócio-institucionais e contratuais, à atuação profissional, com suas demandas e respostas e, à efetivação e materialização do Projeto Ético-Político Profissional – PEP. Neste artigo, serão expostos alguns dados sobre as demandas e respostas profissionais.

## **2. DEMANDAS E RESPOSTAS DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO**

O modo de produção capitalista, principalmente em situações de crise, evidencia que as alterações ocorridas tanto esfera produtiva quanto nas relações entre Estado e sociedade impactam nos elementos que constituem a questão social e fazem com que esta se manifeste em novas expressões. Além disso, é nesse contexto de crise, com mutações nas funções do Estado, que as políticas sociais se reconfiguram para atender aos interesses de produção e reprodução do capital e é, a partir daí, que se apreende os elementos que reconfiguram a política de educação na atualidade, sem perder de vista os determinantes sócio-históricos que marcam a sua constituição e desenvolvimento no país.

Assim, identificou-se que a política educacional brasileira é marcada por disputas entre as classes trabalhadora e capitalista na tentativa da sua direção, sendo hegemonizada, em grande parte, pelos capitalistas que lhe imprimem um caráter dual e privatista, aliando-se aos interesses de qualificação de mão de obra, num contexto de inserção periférica do Brasil na divisão internacional do trabalho.

Além disso, no contexto de crise e de alternativas neoliberais, verificou-se que as alterações no âmbito da política de educação foram implementadas por meio de diversas reformas, introduzidas pelos organismos internacionais do capital para colaborar com seu ajuste estrutural. Nesse sentido, além de ter seu caráter mercantil aprofundado, a educação, diante do aumento vertiginoso da exclusão e desigualdade, passou a ser tratada, ideologicamente, como solução para o enfrentamento da desigualdade, no intuito de possibilitar a inclusão social e o combate à pobreza.

Diante disso, verificou-se que houve uma expansão no acesso à educação no Brasil,

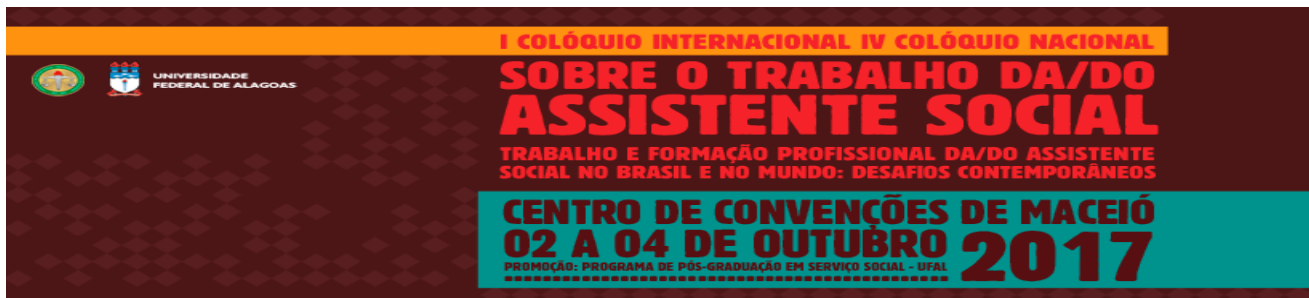
---

profissionais de Serviço Social, tornando os 15 ambientes de pesquisa, portanto, em 24 espaços. Deste universo, a amostragem foi definida por acessibilidade, preocupando-se em abranger profissionais que atuassem em diversos níveis de educação (básica, profissional, superior, especial) e que se encontravam em instituições de natureza pública, particular ou do terceiro setor, chegando ao quantitativo de 14 espaços sócio-ocupacionais, com 14 profissionais diferentes, o que correspondeu à aproximadamente 58% do universo.

porém sua efetivação enquanto direito está sendo distorcida, mediante a ampliação de vagas no setor privado com recursos públicos. Cenário este, aliás, que tem trazido novas configurações para a educação e demandado a atuação de vários profissionais, dentre eles o assistente social. Estes profissionais têm sido requisitados a responder novas demandas, mas estas não deixam de revelar o caráter contraditório tanto da profissão quanto do seu objeto de intervenção – a questão social.

No presente estudo, de acordo com as profissionais pesquisadas, as expressões da questão social que mais se apresentam na realidade institucional da educação dizem respeito a: falta de informação sobre políticas e direitos (12 respostas); violência intrafamiliar/doméstica (11 respostas) e precariedade/falta de acesso a políticas e direitos (10 respostas). As que apresentam menor incidência são: distorção idade-série (1 resposta); trabalho infantil e preconceito religioso (com 2 respostas cada); preconceito de orientação sexual (3 respostas); dificuldade/restrição de participação política e em instâncias de controle social, analfabetismo funcional, preconceito étnico-racial (com 4 respostas cada). Na categoria “Outra”, foram relatadas questões relacionadas a “bullying”, inadimplência de mensalidades e de lanches, no caso das instituições particulares, mudança de emprego de familiares, dificuldade de mobilização por parte dos estudantes, deficiências e déficits cognitivos, desmotivação para o estudo, baixo rendimento acadêmico, negligência, descaso, falta de cuidado e humanização, assédio moral, falta de recurso financeiro e sua melhor organização.

Tais respostas sinalizam que as maiores expressões da questão social na educação estão relacionadas à violência, violação de direitos e falta de acesso a políticas, seguidas de questões de ensino-aprendizagem; corroborando com a ideia de que as instituições de educação são um reflexo do contexto social e que os fatos ocorridos “extra-muros” da escola se manifestam também dentro desta, particularizando-se em expressões concernentes às questões educacionais. Como o assistente social é um dos profissionais habilitados a intervir nas expressões da questão social e estas se manifestam no contexto educacional, fica visível a necessidade deste profissional na educação em um quantitativo e com condições de trabalho que consigam minimamente intervir nas questões apresentadas. Contudo, não obstante à retomada do debate sobre a inserção do assistente social na política de educação e à presença dos mesmos em instituições de diferentes naturezas e níveis de ensino, a presente pesquisa identificou a ausência deste profissional na educação



municipal.

Em Aracaju, grande parte dos profissionais de Serviço Social da educação encontra-se em instituições particulares (5 profissionais), seguida das públicas federais (4 profissionais) e públicas estaduais e filantrópicas (2 profissionais em cada uma). Ao se agrupar tais dados, tem-se os quantitativos de 6 profissionais para a categoria “público”, com a junção do público estadual e federal e 8 profissionais para a categoria “não público”, somando-se as opções particular, filantrópica e ONG.

A ausência de assistente social na esfera pública municipal da educação, juntamente a outras diversas situações que assolam a educação como um todo, é preocupante. Se é de responsabilidade da esfera municipal a oferta e gestão do Ensino Fundamental, caracterizado como nível básico, obrigatório e com maior tempo de oferta, e o assistente social é um profissional que colabora com a viabilização de direitos através de políticas e serviços, resta saber de que forma estão sendo encaminhadas as ações referentes a tais necessidades na educação municipal de Aracaju.

Reforça-se que, dadas as crescentes investidas governamentais para ampliação da oferta e do acesso à educação, muitas das quais orientadas pelas metas dos organismos internacionais, principalmente no que diz respeito ao Ensino Fundamental, os espaços educativos são ocupados e requisitados por uma diversidade de públicos em diferentes situações sociais, e a presença do assistente social em tais espaços pode contribuir para implementação de serviços e políticas direcionadas ao acesso, permanência e gestão democrática. Contudo, apesar de o setor privado estar reconhecendo esta necessidade, não se pode esquecer que tal setor tem a primazia da lucratividade em detrimento da efetivação de direitos e o setor público, que deve primar pelo cumprimento e viabilização dos mesmos, deixa a desejar, não reconhecendo, em algumas esferas, a necessidade tanto do assistente social quanto de outros profissionais.

Nesse sentido, salienta-se que o Conjunto CFESS/CRESS lançou, no ano de 2012, uma campanha para realização de concurso público para assistentes sociais, entendendo a necessidade de inserção e/ou aumento do quantitativo deste profissional na esfera pública em todos os níveis governamentais e objetivando colaborar com a efetivação de melhores condições de trabalho para a categoria, além da viabilização de acesso a direitos e a prestação de serviços de qualidade nas diversas instituições públicas.

Quanto aos níveis de ensino das instituições pesquisadas, verificou-se que uma

mesma instituição pode ofertar diferentes níveis, sendo que, na maioria dos casos, os profissionais que lá trabalham desenvolvem ações com todos os níveis ofertados, com exceção de dois espaços sócio-ocupacionais pesquisados. Assim, identificou-se que a Educação Infantil e o Ensino Fundamental (8 instituições em ambas) foram os que apresentaram maior número de ofertantes, seguidas do ensino médio (7) e da educação superior (6).

Apesar do maior número de assistentes sociais da educação em Aracaju encontrar-se em instituições que ofertam Educação Infantil e Ensino Fundamental, níveis estes que, constitucionalmente, são da competência da esfera municipal, não se pode afirmar que estes profissionais localizam-se nesta esfera, visto que, na presente pesquisa, não foi possível localizar nenhum profissional de Serviço Social em seu quadro funcional. Ou seja, ao invés de ser incorporado como profissional da esfera municipal, consubstanciando-se em servidor público que trabalha com serviços públicos, o assistente social na Educação Infantil e Ensino Fundamental da cidade de Aracaju encontra-se, majoritariamente, na rede particular.

Assim, indaga-se se, na educação pública municipal de Aracaju, inexistente a necessidade de assistentes sociais, visto que na Educação Infantil e Ensino Fundamental eles são abarcados por instituições de outras naturezas e esferas. Tal quadro pode indicar cenário de precarização da esfera pública no atendimento a determinadas demandas e na contratação de determinadas áreas profissionais, evidenciando uma relação de desresponsabilização e/ou diminuição do Estado nas políticas sociais.

No que diz respeito às demandas profissionais propriamente ditas, importante ressaltar o seu entendimento, qual seja: tudo aquilo que o espaço/instituição de trabalho requisita a determinado profissional. Contudo, nem tudo o que é demandado faz parte das competências e habilidades estabelecidas para uma dada profissão. Na pesquisa em tela, verificou-se que as maiores demandas postas ao assistente social na educação dizem respeito a: “ampliação/garantia do acesso à educação”, “ampliação/garantia da permanência” e “execução de programas e projetos institucionais” (todas com 11 respostas); “ajustamento de condutas e comportamentos dos usuários”; “gestão institucional” e “supervisão de estágio” (10 respostas cada). Com menor incidência, aparecem demandas que dizem respeito à educação popular (3 respostas) e a ações de cunho assistencialista (4 respostas).

Além dessas, outras demandas foram sinalizadas e agrupadas na categoria “outras”:



renegociação de mensalidades, com combate à inadimplência; intervenção em conflitos e desentendimentos familiares em relação à condução da educação do filho, à separação de pais, à agressividade e ao “bullying”; acompanhamento do rendimento escolar e orientação a familiares e estudantes bolsistas; ações de voluntariado e solidariedade; ações de bem-estar com funcionários; orientação a funcionários, estudantes e familiares; acompanhamento de vítimas de abuso; demandas de outras políticas operacionalizadas pela instituição (saúde, assistência social), algumas na perspectiva da intersetorialidade; situações que professores não conseguem lidar em sala de aula; promoção de eventos (gincana); participações em atividades inerentes ao servidor público (fiscalização de contratos, sindicância); realização de matrículas; contato com familiares sobre frequência dos discentes; ouvidoria; humanização; articulação com a rede de serviços e políticas.

Diante do exposto, infere-se que a maioria das demandas possui relação com as competências estabelecidas ao assistente social, apesar da sua diversidade e da quantidade elevada. Algumas não dizem respeito às atribuições do profissional ou dão margem a isso, como: realização de matrículas, questões que os professores não conseguem lidar em sala de aula, promoção de eventos e ajustamento de condutas e comportamentos. Outras, apesar de não serem tão comuns, circunscrevem-se na relação contraditória entre as classes, na qual o profissional está inserido e desenvolve suas ações, como a questão de renegociação de dívidas e combate à inadimplência.

Juntamente ao “acesso à educação” e à “execução de programas e projetos institucionais”, a “permanência”, que diz respeito à assistência estudantil, foi a demanda mais requerida ao assistente social na educação. No caso do ajustamento de condutas e comportamentos dos usuários, apesar de não ser a demanda com o maior quantitativo, ela se apresenta entre as maiores incidências encontradas.

Todas as pesquisadas avaliaram as demandas postas na educação para o assistente social em Aracaju como efetivas expressões da questão social, o que pode, inicialmente, ser considerado um aspecto positivo, visto que as expressões da questão social são o objeto de intervenção para o profissional e estão em consonância com suas competências. Todavia, há que se ponderar que algumas demandas elencadas pelas profissionais pesquisadas não condizem com as competências do assistente social, a exemplo de “ajustamentos de condutas e comportamentos” (com 10 respostas) e “ações assistencialistas” (com 4 respostas). E mais, quando avaliam se as demandas elencadas

para o Serviço Social na instituição não condizem às competências profissionais, apenas três profissionais afirmam tal avaliação. Ou seja, alguns profissionais podem estar avaliando equivocadamente que estas demandas são passíveis de resposta do Serviço Social.

As demais avaliações que se apresentam com expressividade sobre as demandas são: “complexidade e desgaste elevado” (10 respostas), “grande volume” (6 respostas) e “variam frequentemente” (6 respostas). Diante do caráter complexo da própria questão social em suas expressões e das tensões inerentes aos processos e relações de trabalho, estas outras avaliações são pertinentes, reafirmando as implicações que a ação profissional pode trazer à saúde do trabalhador. Tecendo uma avaliação das demandas profissionais de uma forma geral, Montañó (2009, p.106-107, grifos originais) diz:

[...] o tipo de demanda encaminhada ao assistente social, por parte do contratante – que fragmenta e autonomiza a realidade social, que transforma a “questão social” em “problemas” isoladas, as contradições estruturais em “disfunções” individuais, as consequências em causas, a “demanda social” em “demanda por serviços institucional-profissionais”, os processos mediatizados pelas lutas de classe em questões imediatas e emergenciais – usualmente não exige conhecimento teórico-crítico das teorias sociais e atualização acadêmica, numa perspectiva de totalidade, que permita o domínio dos fundamentos da “questão social” [...]. Pede-se ao assistente social atividades de triagem, encaminhamento, relatórios, comunicação e divulgação das ações, coordenação de grupos etc., ou seja, respostas imediatas e demandas emergenciais.

Porém o profissional qualificado, comprometido e crítico não se conforma com tais demandas imediatistas e rotineiras. Ele procura ir além delas e desenvolver outro tipo de prática – que incorpore demandas (do empregador), mas que as transcenda (atingindo a compreensão das verdadeiras causas das necessidades/demandas da população e intervindo nesta perspectiva de totalidade).

Quanto às respostas profissionais do serviço social na educação em Aracaju/SE, as maiores incidências estão em: “atendimento direto aos usuários” (13 respostas), “ações socioassistenciais” e “ações socioeducativas” (ambas com 12 respostas). Também foram expressivas as alternativas: “ações junto a famílias” (11 respostas), “investigação, planejamento e gestão” e “estudo socioeconômico para fins de benefícios e serviços sociais” (com 10 respostas cada). As respostas que são menos executadas são: “assessoria, capacitação e formação profissional” (2 respostas), “ações com a comunidade” (4 respostas), “mobilização, participação e controle social” e “vistorias, perícias, laudos e pareceres” (ambas com 5 respostas).

As ações junto às famílias apresentam quantitativo significativo, confirmando uma ação historicamente executada pelo assistente social em diversas políticas, inclusive na



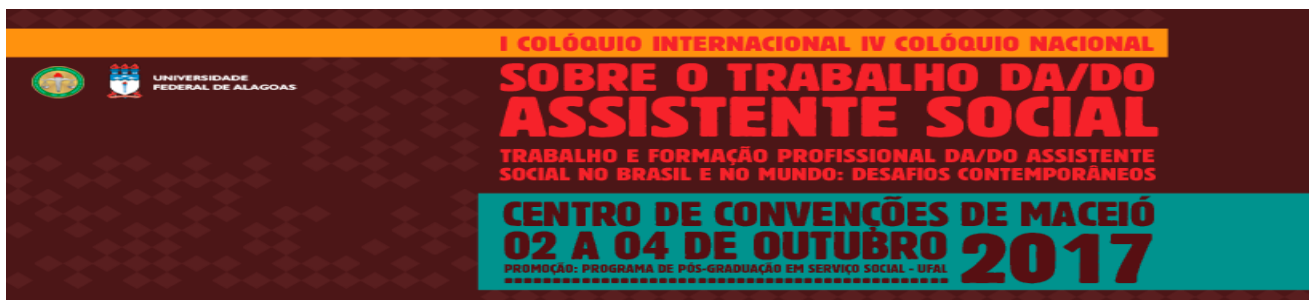
educação. Mantendo relação com as ações voltadas à família e extrapolando-a, tem-se as ações de cunho socioeducativo, que também tiveram incidência expressiva como respostas implementadas pelas profissionais. Essas podem ser efetivadas para os diferentes públicos da realidade escolar e, considerando os dados sobre o público-alvo (não expostos no presente artigo por limitações de espaço), pode-se inferir que ações socioeducativas são executadas tanto com os familiares de estudante, com os funcionários da escola e com os próprios estudantes.

Além disso, o assistente social pode, através de ações socioeducativas, trabalhar alguns temas transversais que integram os currículos escolares, a exemplo de ética, trabalho, meio ambiente, cidadania, saúde e orientação sexual. Assim, além das diversas possibilidades, as ações socioeducativas também podem fortalecer a organização de uma nova cultura no âmbito educacional, referenciadas em princípios e valores expressos tanto no projeto ético-político profissional quanto nos educadores que concebem a educação numa perspectiva crítica (MARTINS, 2007).

Ressalta-se ainda que as técnicas/instrumentais mais utilizados são: atendimento individual e reuniões (14 respostas); seguidos de encaminhamentos (13 respostas); estudos socioeconômicos, relatórios (12 respostas) e visitas domiciliares, visitas institucionais, entrevistas (11 respostas). O menos utilizado é o trabalho comunitário (3 respostas).

De acordo com os dados expostos e com base no documento “Subsídios para atuação do assistente social na educação” elaborado pelo CFESS, é mister um olhar crítico sobre a baixa incidência de respostas no que diz respeito à mobilização, participação e controle social. Diante das relações conflituosas entre as classes sociais e da consequente hegemonia da classe burguesa na sociedade, como um todo, e na política de educação em particular, ações de mobilização, participação e controle social pensadas e executadas por assistentes sociais são mais que necessárias, pois colaboram com a democratização da condução política no âmbito de tal política social, fortalecendo assim os usuários da classe trabalhadora da educação. Relacionando este dado com outros sobre público alvo que foram coletados na pesquisa, pode-se inferir que as ações de mobilização, participação e controle social, na realidade da educação aracajuana, encontram-se minimizadas e devem ser potencializadas.

As respostas/ações profissionais precisam assentar-se no conhecimento teórico-metodológico, na vivência cultural e política que enseja elementos éticos e na experiência



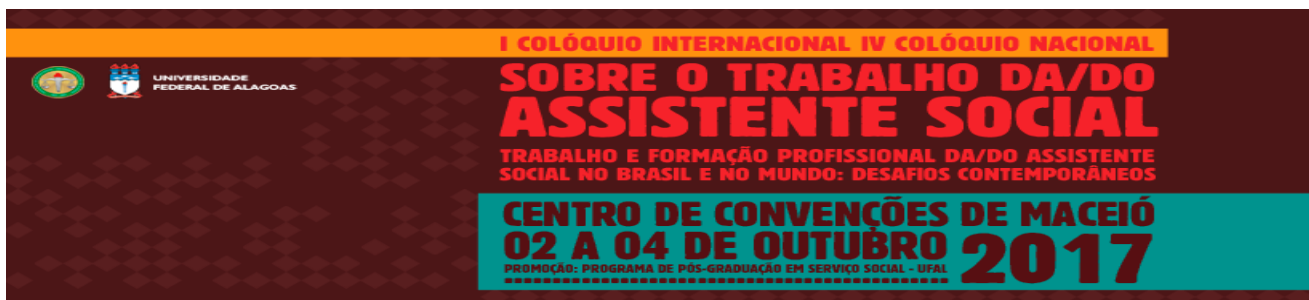
cotidiana, apoiada nos conhecimentos adquiridos (SOUZA, 2008). Diante disso, avaliar e repensar a prática, a partir de como percebe suas respostas, perpassa pela reflexão crítica e pela pesquisa para (re)construção de novos saberes e respostas, adensando os elementos necessários à autonomia. Contudo, poucas profissionais avaliaram que a dimensão investigativa consegue ser efetivada em suas respostas. A pesquisa, juntamente ao conhecimento teórico, são essenciais para implementação de estratégias de adensamento da legitimidade social e da autonomia. De acordo com Montañó (2009, p.107, grifos originais):

[...] Um profissional crítico, teoricamente sólido e atualizado é um ator que questiona, que propõe, que tem autonomia relativa (política e intelectual), mas é, fundamentalmente, um profissional que não responde “imediatamente” às demandas finalistas e emergenciais da organização. Desde a demanda até a resposta, este profissional interpõe reflexão crítica, análise de realidade, organização e/ou participação dos usuários. Quer dizer, este profissional desenvolve *uma resposta crítica e mediata* [...], duas características que o organismo demandante (e a classe por ele representada) pode não estar querendo. E, neste caso, a organização poderá opor sua burocracia contra esta atitude profissional, incentivando e premiando a rápida (e mais “eficiente”) resposta, alienada e terminal (imediate), desestimulando e castigando o profissional “lento” que medeia sua resposta com reflexão crítica e participação popular.

Outro fator relevante quanto às avaliações das pesquisadas sobre as respostas profissionais dão conta que estas últimas atendem tanto às necessidades dos usuários quanto às da instituição. Assim, entende-se que os profissionais conseguem compreender as necessidades da instituição e dos usuários como diferentes e que as respostas por eles acionadas ampliam a cidadania dos usuários (12 respostas) e consideram a sua autonomia profissional (11 respostas), mantendo assim relação com o Projeto Ético-Político Profissional (11 respostas). Contudo, sinalizam que tais respostas profissionais exigem maior qualificação (11 respostas). Pode-se inferir que tais respostas fundamentam-se no caráter contraditório da natureza da profissão, na qual:

[...] a demanda de sua atuação não deriva daqueles que são alvo de seus serviços profissionais – os trabalhadores – mas do patronato, que é quem diretamente o remunera, para atuar, segundo metas estabelecidas por estes, junto aos setores dominados. Estabelece-se, então, uma disjunção entre intervenção e remuneração, entre quem demanda e quem recebe os serviços do profissional. O que deve ser ressaltado é que esse profissional, embora trabalhe a partir e com a situação de vida do trabalhador, não é por ele diretamente solicitado [...]. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p. 83-84).

Constata-se também que as respostas elencadas possuem relação com as

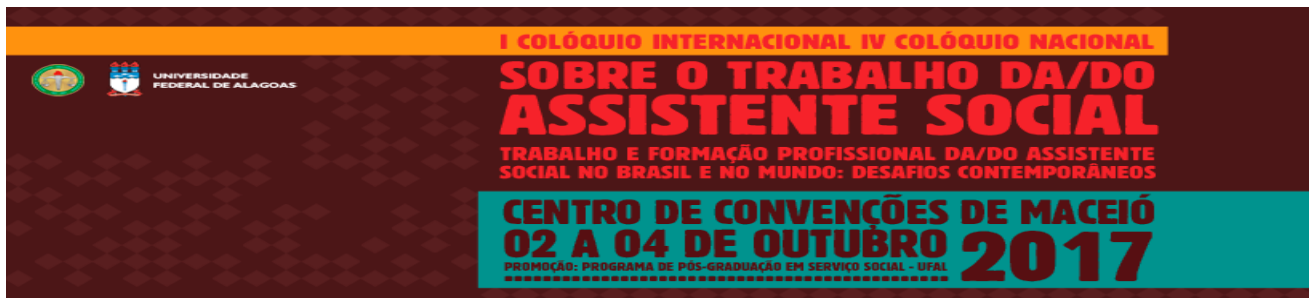


competências e atribuições estabelecidas para o profissional de Serviço Social, conforme legislações e documentos que regulamentam a profissão. Apesar da diversidade de demandas institucionais, sendo algumas fora da alçada do assistente social, este profissional consegue efetivar respostas que afirmam os conhecimentos estabelecidos pela sua formação profissional, assegurando sua posição na divisão sociotécnica do trabalho.

### 3. CONCLUSÕES

Ressalta-se que os dados encontrados apontam limites e possibilidades para a categoria de assistentes sociais quanto a efetivação do direito à educação enquanto política pública, sendo que tais questões são colocadas não apenas no âmbito da organização do estado e sociedade na elaboração da política educacional de uma maneira geral, mas também no âmbito dos sujeitos profissionais que nela se insere. Algumas fragilidades ficaram evidentes em algumas análises feitas pelos profissionais e na pouca efetivação de algumas ações profissionais, como um trabalho incipiente no que diz respeito à mobilização, participação e controle sociais e nos seus desdobramentos com movimentos sociais, instâncias de controle social e educação popular. Obviamente que as limitações aqui apresentadas não têm o objetivo de culpabilizar as profissionais pesquisadas, mas sim apontar questões que podem ser revistas e aperfeiçoadas. Nesse sentido, destacam-se ainda as limitações da presente pesquisa que não conseguiu captar outras mediações para o melhor entendimento dos fatos expostos, como também as limitações presentes na realidade de trabalho.

Frente às fragilidades, pondera-se a efetivação do compromisso de luta da educação enquanto um direito social de qualidade, que deve ser implementado pelo Estado, compromisso este que lança bases para consolidação e reconhecimento deste campo de atuação profissional. Sem isto, a luta neste âmbito pode ficar reduzida à inserção e ampliação de mais um espaço de trabalho para o assistente social, descaracterizando a luta pela educação enquanto política pública, minimizando o processo histórico de construção do Serviço Social nesta esfera. Ainda que as respostas profissionais identificadas pela presente pesquisa consigam atender às necessidades dos usuários e efetivem a cidadania, numa conjuntura de ameaça a direitos conquistados, faz-se necessário o posicionamento ético-político e o rigor teórico para mantê-las e ampliá-las.



## REFERÊNCIAS

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social **Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação**. Brasília, junho de 2011.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Transformações societárias, alterações no mundo do trabalho e Serviço Social. **Revista Ser Social** n° 06. Brasília: Editora UNB, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 2006.

KOSIK, K. **A dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. **Educação e Serviço Social**: elo para a construção da cidadania. 2007. 267f. Tese. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do serviço social**: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SOUZA, Iris de Lima. **Serviço Social na Educação**: saberes e competências necessários no fazer profissional. 2008. 248f. Tese. Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, 2008.